

# SUMÁRIO

Apresentação	13
A NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA E O IVA EUROPEU	15
<i>André Mendes Moreira</i>	
Proêmio	15
1 Do Tratado de Roma à Diretiva IVA	16
2 Neutralidade vertical na Diretiva IVA	19
2.1 Os principais dispositivos relacionados ao direito à dedução	19
2.2 Os testes do consumo e econômico para crédito do IVA	21
3 Posicionamento da Corte de Justiça da União Europeia	24
3.1 Considerações preliminares	24
3.2 Da conexão restritiva à ampliativa	26
3.2.1 Anos 1980	26
3.2.1.1 O fato gerador do IVA e a conexão direta e imediata	26
3.2.1.2 O teste da conexão direta e imediata e o direito ao crédito	29
3.2.1.3 Conclusões prévias	30
3.2.2 Anos 1990	30
3.2.2.1 Fato gerador do IVA e conexão direta e imediata	30
3.2.2.2 Direito à dedução do IVA e conexão direta e imediata	32
3.2.2.3 Síntese do período	34
3.2.3 Primeira década dos anos 2000	35
3.2.3.1 A delegação às Cortes nacionais da análise da conexão direta e imediata	35
3.2.3.2 Uma nova compreensão do teste da conexão direta e imediata	37
3.2.3.3 Um caso de prevalência da forma sobre a neutralidade	40
3.2.3.4 A retomada da neutralidade em detrimento do formalismo	41
3.2.3.5 A conexão direta e imediata ampliativa como tendência jurisprudencial	43
3.2.3.6 Síntese do período	48
3.2.4 De 2010 à atualidade	49
3.2.4.1 O direito ao crédito sobre bens de uso empresarial e particular	49

3.2.4.2 O teste da conexão direta e imediata ampliativo reafirmado	50
3.2.4.3 Uma pedra no caminho da neutralidade	51
3.2.4.4 A retomada do bom direito	53
4 Considerações finais	62
REFORMA TRIBUTÁRIA: A ISENÇÃO PERSONALIZADA (“CASHBACK”) E A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL	65
<i>Lina Braga Santin Cooke</i>	
1 Introdução	65
2 Ineficiência das isenções e das alíquotas reduzidas como forma de diminuição da regressividade	67
3 A isenção personalizada como alternativa para redução da regressividade da tributação sobre o consumo no Brasil	74
4 A isenção personalizada na literatura internacional e na experiência de outros países	76
5 A isenção personalizada no IVA brasileiro e o atual texto do PLP 68/2024 aprovado pela Câmara dos Deputados	85
6 Conclusões	88
7 Referências	89
TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO, AGRONEGÓCIO E DIREITO COMPARADO	95
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1 Introdução	95
2 Tributação do consumo no Brasil e o agronegócio: breves ponderações	96
3 Tributação do consumo no Brasil, reforma tributária e agronegócio: perspectiva	97
4 Tributação do agronegócio no Direito Comparado sobre o consumo	98
5 Considerações finais	106
ANÁLISE COMPARADA ENTRE OS REGIMES NÃO CUMULATIVOS DO BRASIL E DA ÁFRICA DO SUL	109
<i>Adolpho Bergamini</i>	
1 Introdução	109
2 Entendendo a cumulatividade	110
2.1 Linhas gerais	110
2.2 Como nasce a cumulatividade e como eliminá-la	111
3 Neutralidade e não cumulatividade	114

3.1 Método direto subtrativo	115
3.2 Método direto aditivo	116
3.3 Método indireto aditivo	116
3.4 Método indireto subtrativo	116
3.5 Método crédito de tributo	118
4 A não cumulatividade no Brasil	119
5 A não cumulatividade na África do Sul	121
5.1 Linhas gerais	121
5.2 A aplicação da legislação e a função do Comissário do SARS	122
5.3 O contencioso tributário sul-africano em torno do IVA	122
5.3.1 O caso TUUP vs SARS	122
5.3.2 O caso Noah vs SARS	124
5.4 Conclusões sobre o contexto normativo da África do Sul	127
6 A reforma tributária no Brasil e a comparação com a África do Sul	127
6.1 Não cumulatividade	127
6.2 O SARS, as administrações fazendárias brasileiras e o Comitê Gestor	130
7 Conclusão	131
ÁFRICA DO SUL: IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO – CARACTERÍSTICAS GERAIS E NORMA DE INCIDÊNCIA	133
<i>Mariana Veiga Boteon</i>	
1 Introdução ao IVA da África do Sul	133
1.1 Contexto histórico da implementação do IVA	133
1.2 Normas gerais de incidência	136
1.3 Alíquota zero, isenções e regressividade fiscal	139
1.4 Diferenças entre os IVAs sul-africano e brasileiro, e os modelos europeu e neozelandês	143
2 O contencioso envolvendo o IVA da África do Sul na Suprema Corte	145
3 Lições extraídas da África do Sul que podem ser aplicadas ao Brasil	149
ARGENTINA – IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO – CARACTERÍSTICAS GERAIS E QUESTÕES REFERENTES À NÃO CUMULATIVIDADE	153
<i>Renato Nunes</i>	
1 Introdução	153
2 IVA Argentino	156

2.1 Notas sobre o regime de incidência	156
2.2 Não cumulatividade no IVA Argentino	160
2.2.1 Jurisprudência sobre a não cumulatividade no IVA Argentino	162
2.2.2 IVA Argentino e o aproveitamento de créditos referentes a itens de uso (investimentos) e consumo e de créditos acumulados na exportação	165
3 Conclusão	169
O TRATAMENTO NORMATIVO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO (IVA) NA ARGENTINA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O LEGISLADOR BRASILEIRO	171
<i>Myrella C. Trevisan da Costa</i>	
<i>Susy Gomes Hoffmann</i>	
1 Introdução	171
2 Tratamento normativo do IVA na Argentina	172
2.1 Disciplina legal e função do IVA	172
2.2 Fato gerador	173
2.3 Sujeitos passivos	174
2.4 Base de cálculo e alíquotas	174
2.5 Isenções	177
2.6 Créditos e suas limitações	178
2.7 Restituição e sistema de <i>cashback</i>	179
3 Pontos controvertidos na jurisprudência argentina	179
3.1 Crédito fiscal	179
3.2 Interpretação das hipóteses de isenção e incidência	183
4 Contribuições da experiência argentina para o Brasil	188
5 Referências	191
A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NO CANADÁ. UM BREVE COMPARATIVO COM A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA – EC N. 132/2023	193
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
<i>Abel Escórcio Filho</i>	
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	193
2 Escorço histórico do surgimento do IVA no Canadá	195
3 O sistema tributário canadense	197
3.1 Principais tributos sobre o consumo no Canadá	200

3.1.1 Imposto sobre Bens e Serviços – GST	200
3.1.2 Imposto sobre vendas harmonizado – HST	201
3.1.3 Impostos provinciais e territoriais – PST	201
3.1.4 Imposto sobre vendas de Quebec (QST)	202
4 A sistemática de devolução dos créditos do GST/HST no Canadá	202
5 A Emenda Constitucional 132/2023. A reforma tributária no Brasil	205
6 Discussões tributárias no sistema canadense que poderão ser importadas para o novo IVA brasileiro	208
6.1 Créditos GST/HST – isenção x alíquota zero – contribuinte que efetua entrega única ou entregas múltiplas. <i>Supply test</i>	209
6.2 Relação entre atividade desenvolvida e direito a reivindicação do crédito GST/HST	211
7 Conclusão	213
8 Referências	214
TRIBUTAÇÃO DO VALOR AGREGADO NA ÍNDIA: DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS	217
<i>Nereida Horta</i>	
1 Introdução	217
2 Tributação sobre o consumo	220
3 Pontos controvertidos na jurisprudência da Índia	229
3.1 Union of India vs Filco Trade Centre Pvt. Ltd (Supreme Court of India) – 22.07.2022 – créditos transitórios	230
3.2 Abbott Healthcare Private Limited vs The Commissioner of State Tax (Kerala High Court) – 07.01.2020 – conceito de fornecimento de bens	231
3.3 In re M/S HP India Sales Pvy. Ltd. [2019 (8) TMI 30 (AAAR, MAHARASHTRA)] – 17.02.2019 – conceito de fornecimento de produtos	233
3.4 In re M/S Caltech Polymers Pvt. Ltd. (AAAR, KERALA) – 25.09.2018 – conceito de fornecimento de serviços	234
3.5 Torrent Power Ltd. vs Union of India (Gujarat High Court) – 04.08.2022 – isenção	235
3.6 M/S Educational Initiatives Pvt. Ltd. vs Union of India (Gujarat High Court) – 18.02.2022 – isenção	235
3.7 DPJ Bidar – Chincholi (Annuity) Road Project Private Limited vs Union of India & Ors. (Karnataka High Court) – 11.07.2022 – isenção	236

3.8 Jenefa India vs Union of India [2021 (11) TMI 227 (Madras High Court)] – 05.10.2021 – classificação	237
3.9 Gurdeep Singh Sachar vs Union of India [2019 (6) TMI 1008 (High Court of Bombay)] – 30.09.2019 – classificação	238
3.10 M/S Tirumala Milk Products Pvt Ltda. [2021 (4) TMI 1292 (AAAR, ANDHRA PRADESH)] – 09.04.2021 – classificação	239
3.11 In re M/S Cummins India Ltd. [GST (AAAR, Maharashtra)] – 21.12.2021 – direito ao crédito do ITC e conceito de fornecimento	239
3.12 M Trade Links vs Union of India (Kerala High Court) – 04.06.2024 – direito a crédito do ITC	241
3.13 LGW Industries Ltd. vs Union of India (2022) 134 Taxmann.com 42 (High Court of Calcuta) – 13.12.2021 – direito ao crédito do ITC	243
3.14 M/S Ars Steels & Alloy International Pvt Ltd. vs The State Tax Officer (High Court at Madras) – 24.06.2021 – direito ao crédito do ITC	243
3.15 Union of India vs VKC Footsteps India Pvt Ltd (2021) 130 Taxmann.com 193 (Supreme Court) – 13.09.2021 – restituição	244
3.16 Baker Hughes Asia Pacific Limited vs Union of India MANU/RH/1146/2022 (High Court of Judicature for Rajasthan at Jodhpur) – 30.06.2022 – restituição	245
3.17 Shivaco Associates vs Joint Commissioner of State Tax [137 Taxmann.com 213 (High Court of Calcuta)] – 11.03.2022 – restituição	246
4 Conclusão	247
ANÁLISE COMPARATIVA: LIÇÕES DO SISTEMA TRIBUTÁRIO INDIANO PARA O BRASIL	249
<i>Marcela Adari Camargo</i>	
1 Introdução	249
2 Estrutura e regras gerais da incidência do GST na Índia	250
3 A experiência indiana para a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo brasileira	255
4 Conclusão	272
GOODS AND SERVICES TAX NA NOVA ZELÂNDIA – FATO GERADOR, BASE DE CÁLCULO E CONTRIBUENTES	273
<i>Maurício Barros</i>	
<i>Raphael Alessandro Penteado Rodrigues</i>	
1 Introdução	273

2 Regras gerais do GST da Nova Zelândia	275
2.1 Fato gerador e alíquotas	275
2.2 Isenções e alíquota zero	276
2.3 Base de cálculo	280
2.4 Contribuintes	282
3 Possíveis influências do GST da Nova Zelândia na legislação brasileira	283
3.1 Tributação dos <i>fringe benefits</i>	285
3.2 Definição de contribuinte por volume de transações	287
3.3 Responsabilidade de plataformas	289
4 Conclusões	291
COMPARAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO VALOR AGREGADO DA NOVA ZELÂNDIA COM A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA NA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	293
<i>Bruno Romano</i>	
<i>Thiago Marini</i>	
1 Introdução	293
2 Introito necessário: síntese do imposto sobre valor agregado na reforma tributária brasileira	295
2.1 A sistemática da tributação sobre o valor agregado fixada na Emenda Constitucional n. 132/2023	295
2.2 As discussões que estão em andamento no Congresso Nacional do Brasil: o Projeto de Lei Complementar n. 68/2024	298
3 Sistemática do IVA na Nova Zelândia	302
4 Comparabilidade das sistemáticas adotadas por Brasil e Nova Zelândia	305
5 Conclusões	308
6 Referências	309
ESTUDO COMPARADO DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO VIGENTE NO URUGUAI	311
<i>Thaís Silveira Takahashi</i>	
<i>Vanessa Pereira Rodrigues Domene</i>	
1 Introdução	311
2 Direito comparado	312
2.1 Características do IVA adotado no Uruguai	312
2.2 Características do IVA adotado na reforma tributária brasileira – Emenda Constitucional n. 132/2023 e PL n. 68/2024	316

3 Breve paralelo entre os sistemas brasileiro e uruguaio de tributação do consumo e possíveis pontos de contribuição do IVA uruguaio para a regulamentação da reforma tributária no Brasil	327
4 Conclusões	329
ANÁLISE COMPARATIVA DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO (IVA) DO URUGUAI E OS NOVOS TRIBUTOS SOBRE CONSUMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS) E DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS)	331
<i>Carlos Eduardo de Arruda Navarro</i>	
<i>João Vitor Kanufre Xavier da Silveira</i>	
1 Introdução	331
2 Aspectos gerais do IVA uruguaio	332
3 Jurisprudência uruguaia sobre o IVA	339
4 Os pontos de intersecção e de divergência entre o IVA uruguaio e a nova tributação do consumo brasileira	341
5 Conclusão	347
6 Referências	349